

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde – COMUS São José dos Campos



PAUTA - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA nº 02/2018

Data: 16/10/2018 Horário: 15h00 às 18h00 Local: Auditório Mário Covas Câmara Municipal

- I Abertura e Composição da Mesa
- II Comunicação das ausências dos conselheiros
- III Aprovação da Ata nº.
- IV Expediente
- a) Informes da Mesa Diretora:
- b) Informes da Secretaria de Saúde:
- c) Pedidos de inscrição de matéria na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária;
- d) Pedido de inscrição na Ordem do Dia de assunto emergencial devidamente justificado e aprovado por maioria do Colegiado;

V - Ordem do Dia - Pauta

- 1- Apresentação da Prestação de Contas Produção (Dr. Melione)
- a) Comunicações das comissões técnicas permanentes e grupos de trabalho
- b) Fala do conselheiro
- c) Manifestação do cidadão

VI- Encerramento

Fones: (12) 3212-1360 e 3212-1361 – F-mail: comus02@sic.sp.gov.br



Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Câmara Municipal, iniciou-se a reunião Extraordinária do COMUS, sendo presidida pelo Presidente Adelino Pezzi, que pediu a composição 2 da Mesa, começando pelo Secretário de Saúde Dr. Oswaldo Huruta e o 2º Secretário João Carlos Aparecido 3 Machado. O presidente Adelino iniciou a reunião informando que estava faltando um conselheiro para que 4 houvesse Quórum para a apresentação da Prestação de Contas que precisará de aprovação. Falou que para 5 que não se estendesse ele iria adiantar o que não necessitava de aprovação, ou seja, informe do Conselho e 6 da Secretaria. Agradeceu a presença dos conselheiros das unidades básicas e dos conselheiros do COMUS. 7 Deu início às justificativas dos conselheiros ausentes dessa reunião Extraordinária, conselheiros Maurício 8 Alcântara Sguário, Paulo Roberto Mendes Canelas e João Carlos dos Santos. Falou sobre as atividades da 9 Mesa: dia 08/10 eleição do CGU do Hospital Municipal, 09/10 reunião com a comissão de Acompanhamento 10 e Fiscalização onde foi tratado o que se tem observado ao longo do tempo nas visitas feitas e nos 11 acompanhamentos que o Sr. Renato Zecca tem feito, para fazerem um levantamento de alguns problemas e 12 usar de boas práticas que estão acontecendo no CGU, ou seja, não é ver o que está faltando e o que pode 13 ser melhorado, mas ver aonde tem possibilidades e oportunidades de melhorias e aproveitar aquilo de bom 14 que está acontecendo, dia 15/10 reunião com as comissões que fazem uma prévia do que será apresentado 15 ali, com a comissão de Políticas Públicas, Acompanhamento e Fiscalização e Orçamento e Finanças, onde são 16 tiradas algumas dúvidas e após essa reunião com as comissões das Prestações de Contas e outros assuntos, 17 que também precisam ir para o Plenário para aprovação, sejam discutidos com as comissões, sejam postas 18 algumas sugestões e depois da Apresentação, com a discussão de todos, as comissões fazem a 19 recomendação. Passou a palavra para o conselheiro Dr. Oswaldo que falou que as vacinações anti-rábica 20 continuam sendo feitas, as castrações também continuam sendo feitas e essa semana começou a pesquisa 21 de densidade larvária. O presidente Adelino comentou que a Sra. Elisana possui um assunto importante e 22 que ela gostaria de pedir uma ajuda, orientação ou sugestão dos conselheiros. Passou a palavra para a 23 conselheira Elisana que é gestora do Cadastro Único e do Bolsa Família que falou que sua fala seria sobre o 24 BPC (Benefício de Prestação Continuada), o antigo LOAS. Citou que o município está com uma adesão muito 25 baixa do cadastramento dessas pessoas que recebem o BPC, ou seja, os idosos acima de 65 anos e as 26 pessoas com deficiência. Afirmou que todas essas pessoas precisam fazer um cadastro e os que já possuem 27 precisam atualizar até o dia 28/12/2018, em razão de que se isso não acontecer a partir de janeiro o 28 Governo irá cortar os benefícios. Relatou que pediu essa fala para pedir a ajuda de todos na divulgação 29 dessa informação. Citou que quem é beneficiário do BPC, o LOAS, procurará o CRAS (Centro de Referência de 30 Assistência Social), mais próximo de sua residência levando todos os documentos de toda a família para 31 fazer a atualização ou o cadastro e que é importante que levem o CPF de toda composição familiar, inclusive 32 a dos bebês. O conselheiro Hamilton perguntou qual é o tempo, se é anual ou a cada dois anos. A 33 conselheira Elisana esclareceu que a atualização do cadastro é a cada dois anos ou se tiver alguma alteração 34 o município tem o direto de fazer essa alteração no CRAS. A Sra. Ana – Jardim das Indústrias perguntou se o 35 cadastramento no CRAS é o mesmo que se obtêm conta de luz reduzida. A conselheira Elisana explicou que 36 é o mesmo. Citou que o Cadastro Único é um banco de dados do Governo Federal e uma porta de entrada 37 para todos os benefícios sociais, sejam Federais, municipais ou Estaduais. A Sra. Mariene - UBS Bosque dos 38 Eucaliptos falou que se isso for divulgado haverá muitos questionamentos da comunidade que irá 39



41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

2 questionar como eles vão saber se já venceu ou não. Perguntou também se é entregue um documento especificando a data de vencimento, para que a pessoa consiga visualizar antes de procurar o 156. A conselheira Elisana esclareceu que no momento do cadastro, a pessoa é orientada pelo entrevistador social que a pessoa deverá atualizar seu cadastro em 2 anos, além disso o Governo Federal manda um bilhete no extrato desse beneficiário que seu cadastro precisa ser atualizado. O conselheiro Carlos Roberto perguntou qual é a condição para que a pessoa participe desse programa. A conselheira Elisana explicou que precisa ser acima de 65 anos e pessoas com deficiência, ou seja, eles fazem o cadastro único e precisam recorrer isso perante o INSS e finalizou sua fala. O presidente Adelino comentou que como é uma reunião Extraordinária, ele irá pular os dois itens C e B e eles iriam direto para a ordem do dia. Passou a palavra para o Dr. Luis Melione que iniciou sua apresentação falando que seria dado continuidade à Prestação de Contas Quadrimestral, lembrou que a Prestação Financeira já foi apresentada e aprovada pelo COMUS, por conta de um atraso no processamento dos dados de atendimento do SUS pelo Ministério da Saúde e em razão da versão do sistema informatizado, houve um atraso e não foi possível estar sendo apresentado na mesma data. Citou que hoje é uma reunião Extraordinária para que possa ser apresentado a parte dos atendimentos da produção dos dados, no primeiro momento foi apresentado o que foi gasto em relação ao orçamento com a saúde e agora será apresentado a produção de serviço que foi realizada com esses recursos e alguns indicadores de saúde que procuram apontar resultados em relação ao atendimento da população. Falou que a Prestação de Contas é feita quadrimestralmente, ou seja, essa apresentação vai estar cobrindo maio, junho, julho e agosto, está atendendo a Lei Complementar N° 141 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta a Prestação de Contas do SUS de todos os municípios ao Ministério da Saúde, deve ser aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo Tribunal de Contas sendo apresentado em Audiência Pública. A Prestação de Contas precisa ser feita até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, ou seja, a que está sendo feita agora é referente a setembro referido ao período dos meses de maio, junho, julho e agosto. Comentou que antes do início da Prestação de Contas propriamente dita é importante uma contextualização em relação a questão dos usuários do SUS, em razão de que se fala muito do aumento dos usuários do SUS. Falou que até o final de 2016 o número de usuários de convênio de saúde segundo a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), em São José dos Campos era em torno de 330 mil para 700 mil habitantes o que dá 45% da população usuária de convênios e 55% usuária do SUS. Citou que até o final de 2016 foi visto que o número não mudava, mas havia uma migração das pessoas que possuíam convênio dos planos mais caros para os planos mais em conta, com menos oferta de serviço. Comentou que na parte de plano de referência tem internação, atendimento ambulatorial, exame de alta complexidade e parto, e para o SUS o que acarretava, embora a população não aumentasse dependente do SUS, os exames mais caros as pessoas acabavam procurando o SUS para atendimento. Falou que no último ano, de dezembro de 2017 até o momento, houve uma redução de cerca de 30 mil pessoas nos convênios, ou seja, além das pessoas estarem usando o convênio mais em conta, por conta da dificuldade de pagar o convênio, agora há uma redução de usuários de convênio, no último ano aumentou 30 mil o número de usuários que deixaram de ter convênio, onde uma parcela passa a utilizar o SUS, não só para os exames da alta complexidade, mas também para consultas médicas em unidade básica para atendimento no serviço de saúde de um modo geral,



80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

e que é necessário um fortalecimento necessário do financiamento do SUS. Falou que em relação a procedimentos ambulatoriais os números são pequenos e ele vai tentar fixar os mais importantes, onde se tem grupos de procedimentos ambulatoriais que não são gerados por internação, é tentado classificar o tipo de prestador, se ele é público, se é serviço próprio do município, se é público, mas é gerenciado por uma organização social como o Hospital Municipal, se tem o sub total e os serviços que são contratados direto ao convênio do setor privado, entidades sem fins lucrativos ou não, conforme a capacidade de fazer esse atendimento. Relatou que se tem o total e uma variação em comparação ao percentual em relação ao segundo quadrimestre de 2017, ou seja, o mesmo período do ano passado. Citou que para as ações de promoção e prevenção pode ser observado que praticamente todas são feitas no serviço público, próprio ou por organização social, mas só meio por cento das ações de promoção e prevenção eles contratam e é feito basicamente pelo serviço público e houve uma queda de 6,6% comparado com o mesmo período, sendo um valor atribuído mais para variação do que queda, na área de vigilância em saúde teve uma queda maior comparado com o mesmo período em razão de que está relacionada a um registro que houve no final da gestão anterior de procedimentos que foram registrados como procedimentos de Atenção Básica e que na verdade eram procedimentos de regulação dos serviços de saúde, ou seja, houve um equívoco no registro desses dados e teve que ser corrigido a série histórica e por isso se deu uma diferença. Falou que a medida em que os números mudam e o tempo passa isso vai ficar dentro da realidade dos números, ou seja, não houve desassistência, mas um problema de cadastro equivocado de registro. Citou que em relação aos procedimentos com relação diagnóstica tem uma divisão do trabalho em que a maior parte dos procedimentos são realizados pelo setor privado, contratado, conveniado do SUS, 30% é feito no serviço público, 2,3% no próprio e 1,3% por organização social, houve um aumento de 5,6% e o que chamou atenção foi principalmente o aumento no diagnóstico e em laboratório clínico, que é feito no setor público mas preferencialmente no privado, de 17%, onde esse aumento tem a ver com o aumento de oferta de consultas médicas de médicos credenciados e agora dos médicos egressos do concurso público, principalmente em clínica geral, acaba gerando um maior número de solicitação de exames. Comentou que em relação ao diagnóstico por endoscopia tem um aumento de 210% em relação a diagnóstico por endoscopia, em razão de que diagnóstico por endoscopia se fala também de endoscopia digestiva alta e de colonoscopia, onde se tem uma dificuldade muito grande com esses exames para conseguir prestador que pelo preço que o SUS paga queiram prestar serviço a eles, ou seja, tem se passado período grandes de meses sem se conseguir prestador e acaba que a realização de exames é baixa, isso foi regularizado no último período por isso o aumento. Relatou que se tinha uma dificuldade em relação ao último período e uma clínica foi credenciada, ela faz cerca de 2,3% das colonoscopias e endoscopias e o Hospital Municipal faz o restante. Falou que em relação a procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, chamada cirurgia ambulatorial, houve uma variação de -5,5%, onde tem retirada de pequenos tumores de pele e curativos complexos, sendo o grande número de procedimento ligado a cirurgia ambulatorial e feito principalmente no serviço próprio. Comentou que nos procedimentos clínicos, estão incluídas as consultas médicas, consultas de enfermagem, outros profissionais de nível superior, fisioterapia, tratamentos clínicos, houve uma variação de 3,4% e a redução maior de 81% ocorreu nos tratamentos clínicos outras especialidades, que ocorreu em função do atendimento ao Glaucoma, houve uma crise nessa área de atendimento ao Glaucoma com a



119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

4

mudança de prestador e isso está sendo regularizado com a realização dos procedimentos no Hospital Municipal, ou seja, o atendimento ao Glaucoma deixou de ser feito no prestador, por isso a queda e agora ele está sendo regularizado com a prestação no serviço público. Falou que na parte de transplante de órgãos, tecidos e células, o indicador se refere a exame para transplante de medula óssea, onde se tem um número pequeno de doações e um número que vem aumentando de acompanhamento após as doações. Citou que a parte de órteses e próteses aumentou 8%, em outras atenções complementares de atenção a saúde o que chamou a atenção foi a uma redução grande de 92% em relação a autorização e regulação de serviço, em razão do Tratamento Fora de Domicílio, onde foi um problema interno da Secretaria de uma dificuldade da digitação no prazo hábil desses procedimentos, ou seja, o serviço não deixou de ser oferecido, mas não houve o registro no prazo hábil para o faturamento. Relatou que desse serviço 11 mil procedimentos foram digitados na semana passada com a regularização da digitação, mas só poderá ser demonstrado no mês de setembro, embora tenha havido uma redução, não houve desassistência. Citou que teve um aumento de 2,8%, 30% dos procedimentos ambulatoriais são feitos em serviços contratados ou conveniados e 70% são feitos pelo serviço público. Falou que pegando os mesmos grupos, o principal são os procedimentos clínicos, as consultas, seguido dos procedimentos de finalidade diagnóstica, depois a parte de prevenção e promoção a saúde, estão se mantendo em um patamar e comparando com períodos anteriores houve um pequeno aumento. Comentou que em relação aos procedimentos públicos e privados se vê que na parte de procedimentos clínicos, fundamentalmente consultas básicas de profissionais de nível superior, são feitos no serviço público e exame são feitos mais no serviço privado, embora o serviço público faça uma parte e todas as ações de promoção e prevenção a saúde são feitas no serviço público. Comentou que em finalidade diagnóstica houve um pequeno aumento de 1.368 milhão para 1.440 milhão referente ao mesmo período do ano passado, procedimentos clínicos vem aumentando principalmente em consultas, atendimentos e acompanhamentos, os procedimentos de cirurgia ambulatorial vem se mantendo e se tem fundamentalmente procedimentos de pele. Falou que na parte de transplante todas as doações de medula óssea e acompanhamento desses pacientes com aumento das consultas de acompanhamento, a parte de órteses e próteses vem aumentando e na parte de ações complementares de Atenção Básica é a questão do faturamento transporte fora do domicilio, por isso teve essa queda que será corrigida, ou seja, não houve desassistência, mas sim o não registro. Comentou que na parte de internações é a mesma estrutura de tabela onde no 2° Quadrimestre, tipo de prestador público, privado, o total e a variação e relação com o quadrimestre anterior. Citou que se tem um aumento de 2% no total de cirurgias realizadas, houve um aumento de 3,2% no procedimento cirúrgico, -2,6% em obstetrícia, clínica aumentou, o pediátrico diminuiu, aumentou um pouco em psiquiatria e leito dia diminuiu. Falou que o serviço próprio trabalha mais com as internações clínicas, as internações obstétricas são mais pelo Hospital Municipal, o clínico hoje como organização social o Hospital de Clínica Sul, tem 80% das internações sendo realizadas no serviço público e 23% nos serviços contratados e conveniados existentes. Falou que abrindo por serviço se for pego o prestador público se tem internações clínicas, Hospital de Clínica Sul, pediatria, Hospital Municipal, Obstetrícia, clínico e cirúrgico não tiveram variação em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, o 154 aumento de 2% foi em internações, sendo dois serviços conveniados e contratados 9,5%, principalmente nas 155 internações clínicas no hospital Pio XII, pois o hospital Pio XII em razão da reorganização da assistência com a 156



158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

ida para o hospital de atendimentos relacionados ao câncer e com a diminuição de demanda por convênio, o hospital Pio XII realocou alguns leitos que eram usados para convênio para o SUS, ou seja, não aumentou o número de leitos do hospital, o Pio XII pegou uma enfermaria que ele usava somente para convênio e passou a usar para o SUS, pois aumentou a demanda do SUS e diminuiu a do convênio. Citou que ficaram com esses leitos a mais, foi conseguido mais internações clínicas e por isso houve um aumento de ofertas de leitos para o SUS por conta desse remanejamento do hospital Pio XII através da negociação com a Secretaria de Saúde. Comentou que em psiquiatria teve uma pequena variação, mas se for olhado o clínico teve um pouco de aumento, o cirúrgico vem se mantendo, as cirurgias eletivas se recuperaram o começo do ano passado e vem se mantendo no patamar de realização estável em torno de 2 mil por mês. Falou que em relação de ofertas de leitos para o SUS houve um aumento de 9 leitos na clínica médica por conta do remanejamento no Pio XII. Relatou que essas ações e procedimentos são uma demonstração dos recursos financeiros que foram recolhidos pelos impostos, aplicados pelo município e complementarmente por outros níveis de gestão do SUS. Comentou que houve um aumento na dispensação de medicamentos em razão do aumento de consultas médicas, ou seja, a medida que se tem mais consultas, acaba tendo mais prescrição de medicamentos. Falou que essa foi a parte ligada a realização de procedimentos ambulatoriais hospitalares para a população SUS dependente, em relação a indicadores, ou seja, tentar verificar se a realização desses procedimentos tem beneficiado a população, e apresentam alguns indicadores, não todos os indicadores que são monitorados pelo Ministério da Saúde, para tentar verificar vários níveis de atenção. Citou que eles tentam usar indicadores que usam muitos dados de produção de serviços e que tentam avaliar um pouco a oferta, a cobertura e o resultado de algumas ações marcadoras do modelo de assistência do município e conforme pactuado com o COMUS e de acordo com a filosofia do SUS, não se trata de mostrar somente os indicadores favoráveis, mas os indicadores que são importantes, onde alguns deles são favoráveis e outros não e o que eles querem saber e se os recursos que foram aplicados estão conseguindo ter um benefício para a população, aquele que é favorável continua e aquele que é não é favorável é preciso continuar melhorando. Comentou que são usadas várias fontes de informação como Sistema de Informação Ambulatorial, Hospitalar, Mortalidade, Nascidos Vivos, Notificação Compulsória, Imunização, CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e o próprio Sistema Informatizado do Município. Falou que um indicador importante que já vem em queda da área de prevenção e oferta de serviço na área de saúde coletiva é o indicador média de ação coletiva de escovação dental supervisionada, que é o que o técnico de higiene dental faz nas escolas com as crianças para que tenham uma escovação supervisionada e adequada. Comentou que há muito tempo já vem tendo uma redução em razão da redução de oferta, o número de profissionais vem diminuindo na Secretaria de Saúde por conta das aposentadorias, tem uma dificuldade de reposição nos últimos anos, há agora para o final do ano um concurso para repor uma parte, mas esse ano continuarão não atingindo a meta. Citou que a meta é 3% da população, no 2° Quadrimestre de 2017 foram feitos 71.860 mil procedimentos, nesse quadrimestre 54.812 mil, a meta é 3% e em 2011 e 2012 estava perto da meta, mas que veio caindo e hoje não estão atingindo 2% da população. Falou que outro indicador que também está relacionado a questão da atenção odontológica é a primeira consulta odontológica programática, o número é maior no primeiro quadrimestre pois a maioria das avaliações são feitas no primeiro quadrimestre quando o odontólogo da unidade de saúde faz a programação do tratamento para o



197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

6

ano todo, ou seja, tem como meta 15% das consultas odontológicas serem primeira consulta, mas isso também vem caindo e terminaram 2017 com 8,2% de consultas. Falou que outro indicador que procuram ver e que avalia também a questão da Atenção Básica são consultas médicas básicas, em 2017 o município ofereceu 590 mil consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde, sendo que dessas 565 mil eram vagas agendadas, as outras eram vaga livre e vaga bloqueada, para egresso de internação, pacientes que por outros motivos acabavam sendo agendados mas não através da agenda normal da unidade. Comentou que no realizado há uma perda 590 mil para 464 mil, onde são incluídas as consultas de pacientes que não estavam agendados e os agendados, a perda é na faixa de 22%, em 2017 houve uma perda de consulta e não comparecimento do paciente de 21,9%. Citou que outro dado importante é a comparação entre o que é realizado e o que é faturado, ou seja, o que eles conseguem demonstrar no sistema informatizado, houve um aumento de consultas, mas existe uma perda de 4,7%, a meta é tentar diminuir, pois 5% de perda de faturamento acaba dificultando demostrar a população ao Ministério da Saúde os procedimentos que estão sendo realizados e ainda há um grupo de procedimentos de consultas médicas básicas feitas em serviços contratados, principalmente consulta de ginecologia e no total no ano foram 463.427 mil procedimentos. Falou que no 1° Quadrimestre de 2018 eram 229 mil e tem uma variação por causa da sazonalidade, tinha diminuído para 4% no primeiro quadrimestre e de 22% para 20% foi de perda de agendamentos, sendo uma redução de quase 2% no índice de falta. Citou que no 2° Quadrimestre tem o maior número de consultas, 235 mil, a perda aumentou para 7,1% de consultas por faturamento, aumentou um pouco a perda no agendamento 21,2% e é preciso esperar o fechamento do ano para comparar 2018 os doze meses e 2017 os doze meses para ver se vai bater pelo menos nos 20%. Comentou que na parte de consultas médicas tem com essa estratégia de credenciar médicos e agora recentemente a contratação de médicos por concurso público tem esse aumento de consultas médicas, consultas médicas de Pronto Socorro de urgência aumentou de 364.835 mil para 380.234 mil no mesmo período do ano passado, as especializadas vem se mantendo e aumentou de 154.652 mil para 193.992 mil, praticamente 40 mil consultas a mais em relação ao mesmo período do ano passado e em relação ao último período quase 10 mil consulta a mais. Comentou que fazendo em porcentagem, proporção de consultas médicas em relação ao total aumentou para 27,8% consultas básicas, a especializada aumentou para 17,7% e houve um redução de 4% na de urgência. Citou que outro indicador que se acompanha é consultas de médicos e enfermeiros, pois o enfermeiro também é inserido na realização de consultas de programa de saúde como puericultura, pré-natal e essa consulta de enfermagem entra no indicador e se vê que o indicador vem aumentando a razão de consultas por habitante que está em 1,11%. Falou que outro indicador avaliado é a de média e alta complexidade que é a prevenção do câncer do colo de útero, que vem aumentando e estão dentro da meta, a meta é 0,60%, o parâmetro do Estado de São Paulo é maior que 0,50% ou 50% das mulheres fazendo o exame, eles estão nessa meta e não há restrição na realização de exame. Comentou que em relação a mamografia, para rastreamento do câncer de mama, eles também estão dentro da meta, o parâmetro do Estado é 35%, a meta é 45% e o serviço tem oferta e não há fila de espera para esse serviço. Citou que atendendo uma demanda do COMUS há sempre uma preocupação em avaliar alguns indicadores que tentam mostrar se há diferença nos dois modelos de Atenção Básica que se tem no município, 2% da população em 13 Unidades Básicas de Saúde com 44 equipes estão no modelo de estratégia de saúde da família e 27 unidades estão no modelo de Atenção 234



236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

Básica tradicional, a diferença de indicadores em relação da população atendida por um modelo ou outro, o modelo da UBS tradicional é um modelo que fica basicamente esperando que o paciente procure o serviço pelo que se oferece, ou seja, só vai quem consegue entrar ou quem se identifica com problema e quem tem alguns tipos de vulnerabilidade social, exemplo, violência doméstica e não procura o serviço e acaba ficando sem saber que o problema existe, a estratégia de saúde da família é uma estratégia proativa onde se cadastra uma população para a área de atuação e vai visitar essas pessoas, onde será procurada situações de vulnerabilidade social, pessoas que possuem fator de risco para doenças crônicas e que não estão se cuidando e que se conseguir trazer elas para o acompanhamento se consegue fazer com que ela não tenha uma complicação de suas doenças. Falou que o indicador de proporção de internações por condições sensíveis na Atenção Básica é um indicador do Ministério da Saúde que identifica de todos os procedimentos de internação clínica realizados, quantos foram por causas em que a Atenção Básica consegue evitar, exemplo, complicação de hipertensão, diabete, asma, diarreia, desnutrição e insuficiência cardíaca. Citou que comparando o serviço se vê que embora ao longo do tempo tenha aumentado a proporção de internações por condições sensíveis a Atenção Básica há uma diferença importante quando se fala no modelo. Comentou que avaliando a questão de consulta médica básica por habitante foi feito também, em atenção a solicitação, avaliação da razão de consultas médicas por habitante dividindo o número de consultas das 13 unidades ESF pela população cadastrada e o número de consultas, cada um por sua população cadastrada, onde se vê que nas unidades ESF a razão de consulta médica por habitante é bem maior do que nas unidades de Atenção Básica tradicional, onde se tem uma diferença que chega a de 0,7% a 0,9%, 2 a 3 consultas por habitantes, mas que isso não impacta no resultado do município, pois a unidade de estratégia de saúde da família possui mais hora médica dedicada e isso faz com que se tenha razão de médico por habitante maior. Falou que na parte do indicador 7 ou mais consultas de pré-natal, que não é retirado somente do SUS mas é tirado da declaração do nascido vivo, onde se tem a população SUS dependente e a população usuária de convênio, que nos anos 2000 isso subiu bastante, pois a proporção de 7 ou mais consultas de pré-natal realizadas no SUS era muito baixa na faixa de 40% a 50% quanto a de convênio era de 80% a 90%, com os anos a proporção de 7 ou mais consultas de pré-natal que é um indicador do Ministério que avalia a concentração e a cobertura, em tese é quanto mais consulta de prénatal melhor a chance da gestante ter uma evolução normal da gravidez, pois ela irá fazer os exames, ultrassom, exame de urina, exame ginecológico e controle de pressão. Citou que com o passar dos anos o SUS aumentou sua cobertura e hoje está com 80%, o ideal seria 85%, o privado hoje faz 85% de 7 ou mais consultas de pré-natal e o SUS faz 75%.Comentou que em relação a partos normais vem diminuindo proporção de parto normal a ponto do município ter chegado a 33,27% de parto normal em 2013, teve uma recuperação e nos últimos 12 meses está com 39,61%, no SUS a proporção de parto normal é na faixa de 45% a 50% e no privado 85% de cesariana e 15% parto normal. Falou que no SUS tem uma boa cobertura de pré-natal, mas que é preciso pensar em duas questões, a questão da qualidade da assistência ao pré-natal, principalmente no final da gravidez e da assistência hospitalar ao parto e a questão da vulnerabilidade social, exemplo, gravidez na adolescência está em 12%. Relatou que tem 70% a 75% no SUS de 7 ou mais consultas de pré-natal, ou seja, significa que eles possuem 20% a 25% de mulheres que não fazem 7 ou mais consultas de pré-natal. Comentou que no indicador baixo peso ao nascer e baixo peso ao nascer com prematuridade



275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

8

se nota que vem aumentando a prematuridade com baixo peso ao nascer, estão em uma faixa de 6% e não conseguiram abaixar os 9% de baixo peso ao nascer. Citou que na característica da mortalidade do município tem períodos de oscilação que vai de 11% a 9%, nos últimos 2 anos tinha ficado abaixo de 10% e nos últimos 12 meses voltou a subir, ou seja, esse ano estão com perfil de mortalidade infantil parecido com o de 2015. Afirmou que isso os preocupa, essa discussão tem sido discutida na Secretaria, para tentar identificar os diversos fatores gerenciáveis pelo SUS e os não gerenciáveis pelo SUS diretamente e nos últimos 12 meses está com 97 óbitos menores de 1 ano, onde desses óbitos se sabe que 2,3% são neonatais precoces na primeira semana de vida e na primeira semana de vida se sabe que 1,3% são de mal formação congênita e 2,3% são de causas perinatais, principalmente a septicemia do recém-nascido e a prematuridade, sendo que a septicemia do recém-nascido está muito associada a prematuridade e a mortalidade fetal também vem aumentando. Comentou que existe um indicador que influencia em outros que é o registro de óbitos por causa definida, onde tinha um registro de óbito por causa definida na faixa de 86%, ou seja, quase 14% a 15% dos óbitos estavam com causa indeterminada na declaração de óbito, mas que não é violência, pois em violência é feita a autópsia e se tem a definição disso no Instituto Médico Legal. Falou que de um tempo para cá tem sido feito um trabalho com a Vigilância Epidemiológica para melhorar essas declarações de óbitos, é uma metodologia do Ministério da Saúde, eles possuem no Sistema de Informação campos específicos para fazer a correção da causa básica de óbitos sem mexer na declaração e aí essas pessoas são investigadas para ver se ela teve uma internação prévia por câncer, por algumas dessas doenças, com isso consegue identificar doenças de base que colocando em uma parte específica na declaração de óbito acaba virando a causa básica, conseguiram cair para 5% o que significa uma melhoria no registro do indicador. Citou que há um indicador do Ministério que eles precisam pactuar todo ano que é a morte prematura em menos de 70 anos por doenças crônicas não transmissíveis, doença do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doença respiratória crônica. Comentou que para o indicador do Ministério abaixo de 70 anos morrer dessas doenças quer dizer que não foi possível controlar adequadamente ou fazer o diagnóstico precoce dessas doenças. Falou que tinha no patamar um número baixo, no mesmo ano que diminui a causa determinada o indicador piora, pois começa a aparecer câncer e pneumonia, o indicador mudou de patamar e por isso teve que ser mudada a meta em parceria com o COMUS, a meta hoje é 270 por 100 mil habitantes, nos últimos 12 meses caiu para 267,74, em razão de políticas públicas de prevenção a fatores de risco, ou seja, tratar os hipertensos, diabéticos, pessoas com asma e também abordar a população de obeso, sedentário, quem possui fatores de risco, para que o desenvolvimento dessas doenças possa se proteger fazendo diagnóstico precoce da doença e saindo dos grupos de risco, principalmente na questão de sedentarismo e obesidade. Finalizando falou que isso era a Prestação de Contas do serviço prestado, onde é procurado apresentar, não todos os indicadores, mas aqueles que chamam mais atenção, os que estão bem e os que não estão para poderem evoluir e avançar na questão de Política Pública. O presidente Adelino passou a palavra para o Vereador Dr. Elton que falou que não estava no começo da apresentação, mas que viu vários números e o que causa preocupação são alguns dados apresentados sobre o não comparecimento nas consultas. Citou que durante o exercício de seu mandato, ele está fazendo uma campanha, em prol da Secretaria e do município, de tentar orientar as pessoas sobre o comparecimento em suas consultas, mas viu o quanto é alarmante a quantidade de pessoas que não comparecem às consultas, que não está restrito somente ao



315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337 338

339 340

341

342

343

344

345

346

347

348

349 350

351

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

SUS, pois esse mesmo período acaba se verificando no acompanhamento dos hospitais e convênios. Relatou que como médico ele já teve 20 pacientes agendados para passar com ele e comparecerem a metade. Falou que quando se fala de credenciamento é outro problema, pois quando o médico credenciado está ali disposto a atender, mas o cliente não vai, ele também não recebe e isso causa um desestímulo para a utilização do serviço por meio do credenciamento para realizar esse trabalho. Comentou que entende que eles como Política de Saúde, trazer de maneira mais incisiva a orientação da população e ter uma ampliação nos trabalhos de tentar minimizar essa perda. Perguntou como eles poderiam fazer isso, por meio do aplicativo que já está em desenvolvimento, para que de forma a pessoa pudesse saber do agendamento, ser notificado, conseguir desmarcar e esse tipo de informação precisa chegar na ponta. Perguntou se há algum projeto junto a Secretaria a fim de fazer algo bem incisivo sobre a questão do número de não comparecimento nas consultas. A conselheira Maria Teresa falou que o Vereador Dr. Elton levantou uma questão que a preocupa muito, que é a questão do agendamento e do não comparecimento as consultas. Citou que se tem uma população que grande parte que usa o SUS é uma população cheia de vulnerabilidade, a pessoa fica meses esperando uma consulta, a hora que o IPPLAN liga para pessoa ele fala a data da consulta e a hora, se a pessoa não aceitar aquele dia e hora ela vai para o fim da fila. Relatou que está falando por sua experiência no CRMI com os pacientes que ela agenda e como usuária de SUS ela já passou por essa situação. Comentou que no CRMI eles fazem busca ativa para o não abandono do tratamento, é telefonado e é mandado mensagem de texto mas não se tem retorno, ela agora está utilizando o aplicativo de WhatsApp, ou seja, ela salvou em seu próprio telefone particular o número dos pacientes que estão em afastamento, é chamado pelo WhatsApp e na mesma hora é respondido e agendado. Relatou que a resposta que tem desses pacientes é que eles não possuem crédito para ligar de volta, se o IPPLAN liga e eles não estão disponíveis no telefone na hora é devolvido ao solicitante, ou seja, o paciente não sabe que sua consulta foi devolvida e ele só descobre quando vem perguntar o que aconteceu. Afirmou que é preciso pensar em outra alternativa de fazer isso para que se possa ter um melhor aproveitamento dessas consultas. A conselheira Carolina Buck esclareceu que em relação as ações que a Secretaria já está fazendo eles já iniciaram uma campanha em rádio com alguns temas para a conscientização da população, o DAB junto com o DRC está fazendo um piloto em uma unidade básica em uma especialidade do IPPLAN mandar SMS para confirmação dessas consultas com os pacientes e que em relação ao WhatsApp é que ele não é um mejo oficial. Comentou que dentro da Secretaria o que eles estão fazendo é a campanha em rádio, começaram com uma rádio e vão estender para as demais e já foi elencado para a UBS Satélite, que iniciará com esse piloto de confirmar a consulta do paciente através de SMS. Afirmou que a atualização é muito importante, pois muitos pacientes não atualizam o cadastro, trocam de celular, trocam de telefone, não atualizam na unidade e quando é ligado não é encontrado. O presidente Adelino falou que a Sra. Thaís na próxima reunião irá fazer uma fala de uma das ações que se sabe que em vários CGUs estão fazendo isso, para tentar minimizar o problema de falta. Citou que na unidade da Sra. Thaís, os conselheiros com as informações passadas por ela, estão indo nas casas e vendo o porquê da pessoa não comparecer à consulta. Afirmou que todos podem ajudar, mas que é uma das obrigações dos conselheiros dos CGU. Acusou a presença do Sr. Daniel que é das Relações com a Comunidade. O Dr. Luis Melione comentou que quando foi feito esse trabalho com parceria com o DAB foi mapeado as unidade que possuíam o maior índice de faltas e maior



353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

10

índice de perda de faturamento, ou seja, com a análise epidemiológica foi discutido nessas unidades o que aconteceu e cada unidade tinha uma causa diferente para o fenômeno acontecer. Falou que é importante um diagnóstico adequado para se estabelecer uma ação, outra questão é o vínculo onde for falado de conscientizar as pessoas para não faltarem o índice 20% não é tão alto, mas pode baixar, onde uma das coisas que vai fazer baixar sistemicamente sem iniciativas individuais é o aumento da oferta com redução de tempo de espera, pois uma das coisas que faz o indivíduo faltar é o tempo de espera prolongado e outra questão para conscientizar a população é a questão do vinculo e as pessoas terem uma confiança maior na questão da Atenção Básica. Afirmou que do ponto de vista de campanha de comunicação para a população que indiretamente vai bater em redução de falta, é trabalhar a questão da consciência das pessoas em relação a confiar mais na Atenção Básica e para confiar na Atenção Básica ela precisa estar em um modelo que chegue as pessoas e as pessoas tenham acesso a ela. A conselheira Agélica do CGU da UBS Vila Paiva perguntou se o que foi dito é em relação a especialidade ou o atendimento no clínico geral, pois o que entra na questão da falta nas UBS é de clínicos gerais, em razão de que a na especialidade sabe-se que demora. Falou que acha que em caso de UBS 22% é um índice alto e a especialidade é preciso repensar também, pois a demora está alta. O Dr. Luis Melione comentou que se for falado em pediatria e ginecologia obstetrícia o índice de falta é menor e há números que provam isso, A conselheira Mariene do CGU da UBS Bosque dos Eucaliptos falou que uma questão que ela pontualiza em sua UBS sobre o número de ausência é o fator RH da UBS, pois não possuem atendimento de telefone e muitas vezes a pessoa se perde, pois liga na UBS para ter certeza que a consulta é naquele dia ou se é naquele horário, não há quem a atenda e por isso é importante a recolocação do RH nas UBSs. Perguntou se no próximo concurso que vai ocorrer no final do ano se terá dentistas para todas as UBS que estão em falta. O presidente Adelino acusou a presença da Vereadora Dulce Rita e a assessora do Vereador Marcão da Academia. O Vereador Dr. Elton comentou que desde o começo do ano ele tem feito algumas falas na Câmara em relação a mudanças no que tange a saúde mental no município. Citou que no Reino Unido está sendo criado um Ministério especificamente para determinar política de saúde em relação a prevenção do suicídio e doenças mentais, é possível ver os números alarmantes de crescimento de doenças mentais que hoje é considerada a doença do século. Falou que tem visto a redução no número de funcionários na saúde mental e em relação a consultas a maior fila de espera para atendimento de especialidade no município é em relação a consultas de saúde metal. Comentou que foi feito um estudo com a participação do COMUS, a Sociedade Civil na Câmara através de vários seminários, junto a Secretaria com a Dra. Polyanna, escreveram sugestões do que se entende de coisas que possam ocorrer de mudanças na saúde mental para que melhore o atendimento no município. Relatou que foram escritas 12 propostas, a curto, médio e longo prazo, foi apresentado ao Prefeito no mês de julho, acredita-se que foi passado ao Secretário, mas que ainda não tiveram uma resposta. Afirmou que não dá mais para continuar no nível de crescimento de problema de saúde mental e não realizar nenhum tipo de mudança de política na saúde mental, seja pelo aumento de funcionários nessa área, seja pelo pagamento diferenciado do profissional da área, é preciso trazer também não só o psiquiatra, mas a ampliação do atendimento em psicologia e o melhor atendimento nos CAPSs. Falou que gostaria de uma fala junto a Secretaria para saber o que se pode mudar em virtude do que está sendo visto ou se há alguma resposta sobre a carta eles gostariam de saber, mas se não, se eles poderiam em algum momento sentar e ouvir um



395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

pouco da possibilidade de mudança na saúde mental. O presidente Adelino acusou a presença da Sra. Luisa 391 assessora do Vereador Cyborg. A conselheira Carolina Buck comentou que em relação ao dentista, foi 392 solicitado a contratação de 20 profissionais de 20 horas e conseguiram contemplar as 40 unidades. Citou que 393 a partir do dia 1 de novembro eles irão receber mais 30 beneficiários do pró-trabalho, para o Bosque foi prometido um, mas vão ser dois e em novembro terá o concurso para vários cargos da Secretaria, incluindo equipe de enfermagem, na qual se pretende regularizar esse déficit existente. Relatou que terá concurso público em novembro e acredita-se que até janeiro, ou mais tardar no início de fevereiro, já será possível estar iniciando o trabalho desses novos servidores aprovados no concurso. O conselheiro José Fernando falou que em relação a especialidade foi aberto concurso para contratar psiquiatra, mas enquanto isso não acontece eles estão credenciando e existe médico credenciado trabalhando. A conselheira Ana Claudia do CGU da UBS Jd. das Indústrias comentou que em relação a mamografia foi colocado que não há fila, mas que a fila da mamografia para o que ela vê e com outras pessoas, todas relatam e ela é uma delas que está na fila. Perguntou se mamografia está tendo fila ou não, já que está falando da Prestação de Contas e foi tocado o assunto da mamografia. A conselheira Ana Beatriz Hernandez esclareceu que em relação a exame de mamografia eles estão conseguindo dentro do mesmo mês sanar a demanda, hoje não se tem uma demanda reprimida dentro das primeiras 48 horas, ou seja, dentro de 48 horas a pessoa recebe a ligação e é agendado o exame. A conselheira Ana Claudia relatou que está esperando desde março. A conselheira Ana Beatriz Hernandez perguntou se não era exame de ultrassom. A conselheira Ana Claudia pediu desculpas e falou que existiam dois exames a de mamografia e a de ultrassom e que deveria ser a de ultrassom. A conselheira Ana Beatriz Hernandez comentou que mesmo em relação ao ultrassom estão sendo tomadas algumas providências para ser feito um mutirão, as questões contratuais estão sendo acertadas e esse problema também deve ser sanado em breve. A Vereadora Dulce Rita falou que está acompanhando muitos casos de pessoas que são encaminhadas diretamente para fazerem tratamento em outros municípios e elas não são encaminhadas via saúde, via Secretaria Municipal, ou seja, a pessoas ficam sabendo via rede que há um hospital de cirurgia das mãos, a pessoa vai em São Paulo, consegue fazer o agendamento, mas acaba se esbarrando na falta de transporte. Citou que a conselheira Ana Beatriz Hernandez já tentou arrumar esse transporte para uma moça que precisava chegar 6 horas no hospital em São Paulo, mas que essa condução não pode ser dada por conta de que a paciente não tinha sido encaminhada pela Secretaria. Comentou que poderia ser aberta essa facilidade para o paciente, em razão de que ele está saindo da fila do município para ser atendida em outro município. Relatou que há um hospital em São Paulo que outros municípios oferecem a condução, embora não tenham as mesmas condições de São José. A conselheira Ana Beatriz Hernandez falou para a Vereadora Dulce Rita que ela não é a primeira Vereadora a procurar ela a respeito desse assunto e que hoje ela atendeu outro paciente com a mesma história. Citou que sua proposta é levar isso para ser discutido dentro do Gabinete e se necessário junto ao Governo, mas que hoje os transportes que eles fazem para fora do domicilio são para pacientes da rede pública de São José dos Campos, mas que nada impedem deles passarem a estudar essa viabilidade, em razão de que o paciente hoje ele não usa o sistema,

ou seja, não onera a parte de exames, consultas ou cirurgias. A Vereadora Dulce Rita citou que são tratados

via SUS. A conselheira Ana Beatriz Hernandez falou que os casos que ela tem pegado são de pacientes



431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - Nº 002 - 16/10/2018

12

transporte para tratamento fora de domicílio. Afirmou que vai levar isso para uma discussão para ver como eles podem viabilizar ou se é possível prestar esse serviço para os pacientes mesmo eles não pertencendo a rede pública. A Vereadora Dulce Rita comentou que esses casos que ela citou são especificamente SUS. A conselheira Ana Beatriz Hernandez perguntou se começaram em São José dos Campos. A Vereadora Dulce Rita explicou que são moradores de São José, cadastrados e possuem CRA no município, só que eles vão em São Paulo, conseguem entrar na fila e conseguem agendar uma cirurgia por conta própria. O conselheiro Sidiney Silva do CGU da UBS Jd. das Indústrias falou que gostaria de saber se a Secretaria de Saúde tem no budget do ano que vem um provisionamento de verbas no sentido de prevenção a doença, ou seja, ele entende que fica mais barato para o sistema público tratar a prevenção do que tratar a doença. Citou que não viu claramente na apresentação da Prestação de Contas uma preocupação de divulgar para eles o que a Secretaria de Saúde, o que o município está fazendo. Relatou que hoje se vai em uma consulta médica e o médico prescreve o remédio tudo certo, mas que ele não fala em nenhum minuto na prevenção do problema que o paciente teve para que o paciente não precise mais ter esse problema. Pediu que esse assunto fosse levado para frente. A conselheira Carolina Buck comentou hoje que em todas as unidades básicas foram colocados e fixados os cardápios da unidade, ou seja, o que as unidades oferecem, entre elas estão os grupos de hiperdia que faz o controle e a orientação dos hipertensos e diabéticos, tem os grupos de orientação nutricional onde a adesão da comunidade é pouca, tem grupos de gestante, terapias comunitárias, horta comunitária, Shantala, está sendo implantado Reiki, caminhada junto com a academia ao ar livre, Lian Gong e tudo isso é pensado para a prevenção. Falou que fica feliz de todos os seus gerentes estarem presentes compartilhando com eles essa reunião, pois é muito importante esse convívio de quem está na liderança da unidade com a comunidade e esse relacionamento da gerência com os conselheiros e com o COMUS. O presidente Adelino comentou que já iria partir para a aprovação, onde de praxe é passado para as comissões, as comissões questionam, é discutido e alguém representando os coordenadores das comissões ou da comissão faz a recomendação, quem aprova é o Pleno e só pode votar os conselheiros do COMUS. Passou a palavra para o conselheiro Isidio que falou que antes de fazer a consideração das comissões ele gostaria de enfatizar que hoje foi uma das melhores reuniões do COMUS que ele assistiu, em razão da habilidade do condutor de fazer uma apresentação que deu a oportunidade para que todos participassem e o número grande de pessoas de unidades presentes que querem resolver problemas. Comentou que depois que tiveram a avaliação final das apresentações na Secretaria, as comissões reunidas recomendam a aprovação dos resultados apresentados. O presidente Adelino deu inicio a votação, pediu aos conselheiros que não aprovam a Prestação de Contas da parte produtiva que se manifestassem, pediu aos conselheiros que se abstém da votação que se manifestassem, assim a Prestação de Contas da parte produtiva foi aprovada por unanimidade. Continuando passou para a fala do conselheiro e com apenas um conselheiro inscrito passou a palavra para o conselheiro Salvador Arnone que falou que possuem uma representação no Conselho Municipal de Meio Ambiente e na época foi trocada a representação do COMUS pela Secretaria de Saúde e também se tem participação no Conselho Municipal de Segurança. Sugeriu que as pessoas que representam essa vinculação com o Conselho Municipal de Saúde, que a cada 3 meses pudesse apresentar algo e que nas próximas pautas fosse colocado esses assuntos. O presidente Adelino falou que o COMUS vai encaminhar isso para a Secretaria. Comentou que na última alteração do Regimento do Conselho



Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde COMUS de São José dos Campos



ATA EXTRORDINÁRIA - № 002 - 16/10/2018

noche do

Municipal de Meio Ambiente foram retirados os dois representantes que eram conselheiros do COMUS, pois 469 o Conselho Municipal do Meio Ambiente entendeu que não deveria ter conselheiro de um conselho dentro 470 de outro conselho. Relatou que foi feito uma moção de repúdio a essa ação na época do conselheiro do 471 Meio Ambiente chamando atenção que o Conselho Municipal de Meio Ambiente por lei não pode deixar de 472 fora a saúde, onde as duas vagas foram direcionadas para alguém da Secretaria de Saúde. Citou que iria 473 solicitar ao Secretário que se possível a Secretaria os traga para atualizar o Conselho de como está andando 474 o Conselho Municipal de Meio Ambiente relacionado a parte de saúde. Finalizando agradeceu a presença de 475 todos e falou que gostaria que todas as reuniões tivessem a participação dos gerentes. Não havendo nada 476 mais a falar a reunião foi encerrada às 17h12min.

Adelino Lidovino O. Pezzi Presidente do COMUS

João Carlos Aparecido Machado 2º Secretário - COMUS

Erika Mirran S. Araujo Secretaria Executiva de COMUS

Consumer to the law

Stilling of the second

Color of Cattor Cattors (



Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde - COMUS São José dos Campos



Reunião Extraordinária

Dia: 16 / 10 / 2018 – Local: Auditório Mário Covas - Câmara Municipal

SEGMENTO USUÁRIOS

REPRESENTANTES DE CGU

01 - Lucia Serafim Ângelo (Reg. Leste)
S- Sebastião Pereira da Silva
02 - Paulo Roberto Mendes Canelas (Reg. Sul)
S- Silvio Marcondes dos Santos
03- Carlos Roberto Rodrigues (Reg. Norte)
S- Wanderley da Cruz Sobreira Wonderly R. Cen Sales
04- Walter de Lucca (Reg. Oeste)
S- Dulcineia Aparecida dos Santos Carmo
05- Palmira Santos de Lima (Reg. Centro) Palmiro Sontos de Limp.
S-
06- Adelino Lidovino Oliveira Pezzi (Reg. Sudeste)
S-
ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS IDOOS

07- João Carlos Aparecido Machado (Pastoral do Idoso) Hosokmachado	
S- Maria Wanda de Lucca (Sind. dos Aposentados)	

ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA 08- Elaine Leandro Roma (Sorri) S- Eliana Bonadio Becker Molina (AAFLAP) 09- Maria de Fatima Silva (APAE) S- Carlos Eduardo Teodoro (Provisão) ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS ORGANIZADAS 10- Paulo Renato Roberti Macedo (Loja Maçônica Duque de Caxias) _____/_/ S- Isidio Diniz Duarte (Loja Maçônica Cavaleiros do Santo Graal) 11- João Carlos dos Santos (Pastoral da Criança) _____ S- José Araripe de Souza Junior (Lions) 12- Edison Lopes (Pastoral da Saúde) S- Roberto Lage Guedes (Loja Maçônica União do Vale) 13- Laura Maria Marrocco Nogueira (Centro Dandara) S- Salvador Arnone (Rotarys Clubes de S.J.Campos) ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE PATOLOGIAS CRÔNICAS 14- Maria Neri Macedo Araújo Silva (Casa de Acolhida) <u>Assilva</u> S- José Marques da Costa (Casa Recomeço) ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES 15- Umberto Ghilarducci Neto (Assoc. de Engenheiros e Arquitetos)

S- Mário Hipólito Silva (Sind. Aeroespacial Est.SP)

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO

16- Romildo da Silva Negromonte (Ass. de Morad. D. Pedro II)				
S- Alberto Expedito Paiotti (SAB Jardim das Colinas)				
SEGMENTO DOS TRABALHADORES				
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE ORGANIZADAS COM AÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE				
17- Dr. Gilberto Benevides (Ass. Paulista de Medicina)				
S- Flávia Helena Pereira Fidalgo (OAB)				
COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA				
18- Prof ^a Dra. Emilia Angela Lo Schiavo Arisawa (Univap)				
S- Prof ^a Dra. Paula Vilhena Carnevale Vianna (Uni. Anhembi Morumbi)				
SERVIDORES MUNICIPAIS				
19- Edvan Ricardo de Sousa (UBS Paraíso do Sol)				
S- Andreia Aparecida da Silva (UBS Paraíso do Sol)				
20- Hamilton da Silva (UBS Paraiso do Sol)				
S- Juliana Aparecida Gomes (CAPS Infantil)				
SIND. DE TRAB. E ENTIDADES DE FISC. DO EXERCÍCIO ÉTICO PROFISSIONAL				
21- Dr. André Luis dos Santos (Cons. Reg. de Farmácia)				
S- Ângela de Jesus Santos (Sind. Emp. Estab. de Serv. de Saúde)				

22- Dr. Othon Mercadante Becker (Cons. Reg. de Medicina)
S- Dr. Daniel Tineu Leite Maia (Cons. Reg. Fisio. e Terapia Ocupacional)
23- Dr. Landri Padial Martins (Cons. Reg. de Odontologia)
S- Maurício Alcântara Sguario (Cons. Reg. de Química)
24- Maria Teresa Fonseca Pinto (Cons. Reg. do Serviço Social)
S- Claudio Luiz da Silveira (Cons. Reg. de Enfermagem)
SEGMENTO PRESTADOR
25- Dan Iuri dos Santos Cabreira (Pio XII)
S- Juliana Ap. F. Silva (Ant. Rocha Marmo)
26- Maria Giseli Louredo Lima (INCS)
S- Marcos Antônio da Silva (SPDM)
27- Meire Cristina Ghilarducci (PROVISÃO) (Afastada por 90 dias)
S- Luiz Carlos Peágno (CVV)
GESTOR
28- Dr. Oswaldo Kenzo Huruta (Secretaria de Saúde)
S- Luiz Ricardo de Souza (Secretaria de Saúde)
29- Carolina Buck Silva da Luz (Secretaria de Saúde)
S- Maria Cristina Paes Machado Cunha (Secretaria de Saúde)
30- José Fernando Bianco Marcondes (Secretaria de Saúde)
S- Ana Beatriz Hernandez Hernandez (Secretaria de Saúde)
31- Clarisvan do Couto Gonçalves (Secretaria de Saúde)
S- Wagner Marques (Secretaria de Saúde)
32- Elisana Campos Pereira (SDS)
S- Ralpho Claudio Costa (SDS)



Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal de Saúde São José dos Campos



Lista de Ausências Justificadas Reunião Extraordinária — 16 / 10 / 2018.

No	me	Segmento
01	Maurício Alcântara Sguário	Trabalhador
02		Usuário
03	João Carlos dos Santos	Usuário
04		1
05		1
06		
07		
80		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		9
18		
19		
20		
21		
22		
23		1
24		1-
25		